

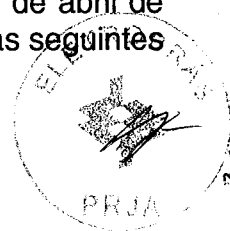
6ºRTD-RJ - 1175215Emol: 94,80/Distrib: 12,48/Lei: 111/06: 5,36
Mútua/ACOTERJ: 9,07 / FETJ: 21,45
Lei 4.664/05: 5,36 / Tot.Emol.: 148,52
PARAM: Vias: 2 / Nome(s): 2 / Págs: 4
Proc. Estr.: N / Averb: N / Dilig.:

**TERMO ADITIVO / QP - 007/2008 AO
CONTRATO CT - PROINFA / PCH 009/2004
CELEBRADO ENTRE CENTRAIS ELÉTRICAS
BRASILEIRAS - ELETROBRÁS E TUPAN
ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

A **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**, doravante referida simplesmente **ELETROBRÁS**, sociedade anônima de economia mista constituída pela Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, n.º 409 - 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.001.180/0002-07, devidamente autorizada pela Res. n.º 184/04 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação n.º 038/04 de seu Conselho de Administração, em reuniões realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2004 e em 12 de maio de 2004, neste ato representada por seus Presidente e Diretor, ao final nomeados e assinados, em conformidade com o que dispõe o inciso VII do artigo 34 de seu Estatuto Social; e **TUPAN ENERGIA ELÉTRICA S.A.**, doravante denominado simplesmente **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Rua Dr. Veiga Filho, 350, 9º Andar, conjunto 901, bairro Santa Cecília, CEP: 01229-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 02.800.821/0001-38 e no Cadastro Fiscal do Estado de São Paulo sob o n.º 116.781.921.118, aqui representada, nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, ao final nomeados e assinados;

CONSIDERANDO que:

1. O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, instituído pela Lei n.º. 10.438, de 26 de abril de 2002, alterado pela Lei n.º. 11.488, de 15 de junho de 2002 e regulamentado pelo Decreto n.º. 5.025, de 30 de março de 2004, determina que a **ELETROBRÁS** promoverá eventuais alterações contratuais no âmbito do PROINFA;
2. Que em 30 de junho de 2004, a ELETROBRÁS e o PRODUTOR firmaram o Contrato CT – PROINFA / PCH 009/2004, empreendimento PCH RONDONÓPOLIS, homologado pela Resolução de Diretoria Executiva n.º. RES-009/2005, de 13 de janeiro de 2005, figurando o Produtor na condição de Produtor Independente Autônomo – PIA;
3. Que a Lei n.º. 11.488, de 15 de junho de 2007, conforme o disposto em seu artigo 22, alterou a redação do artigo 3º da Lei n.º. 10.438, de 26 de abril de 2002, para incluir os parágrafos 6º e 7º no citado artigo, que têm as seguintes redações:



“§ 6º - Após um período de 3 (três) anos da realização da Chamada Pública, o Produtor Independente Autônomo poderá alterar seu regime para produção independente de energia, mantidos os direitos e obrigações do regime atual, cabendo à Eletrobrás promover eventuais alterações contratuais.

§ 7º - Fica restrita à 1ª (primeira) etapa do programa a contratação preferencial de Produtor Independente Autônomo.”

4. Que as inovações legislativas efetuadas na lei instituidora do PROINFA nº. 10.438/2002 impactam a sistemática do Programa e os contratos firmados;
5. O papel da Eletrobrás como executora do programa;
6. O papel da ANEEL de fiscalizar o cumprimento dos critérios de qualificação dos Produtores Independentes Autônomos e dos Não – Autônomos, durante a vigência dos contratos;
7. A atribuição da ANEEL de autorizar e homologar toda e qualquer alteração de composição acionária e transferência de controle societário dos produtores;
8. Por fim, que em 05 de agosto de 2008, o **PRODUTOR** solicitou à **ELETROBRÁS** a alteração de sua condição de Produtor Independente Autônomo para a condição de Produtor Independente de Energia;
9. O modelo do presente TERMO ADITIVO foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 794/2008 de 28 de agosto de 2008.

Têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto deste termo aditivo a revisão do contrato CT – PROINFA/PCH 009/2004 celebrado entre a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR**, em 30 de junho de 2004, para fins de alteração das cláusulas não condizentes com a nova sistemática do programa, decorrente das modificações sofridas pela Lei 10.438/2002 por força da Lei 11.488/2007, motivo pelo qual as cláusulas do contrato adiante especificadas passam a ter a seguinte redação:

I. “CLÁUSULA 6ª



PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o PRODUTOR seja qualificado como PIA ou PIE, o mesmo deverá manter, durante todo o prazo de vigência definido na CLÁUSULA 5ª, todas as condições que o qualificam como tal, **ressalvada a faculdade de alteração do regime de PIA para PIE nos termos do parágrafo 6º do artigo 3º da lei 10.438/2002**, sob pena de rescisão do CONTRATO, além da perda dos incentivos do PROINFA e da aplicação da penalidade prevista no PARÁGRAFO QUINTO da CLÁUSULA 16.

II. CLÁUSULA 16 – Este CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência das seguintes hipóteses, sem prejuízo da aplicação relativamente à PARTE que der causa á rescisão, das responsabilidades estabelecidas neste CONTRATO:

e) subcontratação total ou parcial do objeto do CONTRATO, bem como a associação do PRODUTOR com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, assim como a fusão, cisão, incorporação **sem a aprovação prévia, por escrito, da ELETROBRÁS;**

u) perda, pelo PRODUTOR, de sua qualificação como PIE ou PIA, **ressalvado, no caso do PIA, a faculdade de alteração de regime nos termos do parágrafo 6º do artigo 3º da lei 10.438/2002 ;**

III. CLÁUSULA 20 – A eventual alteração do núcleo acionário controlador fica condicionada à análise e aprovação pelo AGENTE FINANCIADOR, **com a necessária e subsequente ciência, por escrito, à ELETROBRÁS.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A cessão de direitos ou obrigações decorrentes do CONTRATO e subcontratação do fornecimento objeto do CONTRATO, ficam condicionadas à comunicação e aprovação da ELETROBRÁS, **e as alterações na composição acionária do PRODUTOR devem ser científicas, por escrito, à ELETROBRÁS, após aprovação e homologação pela ANEEL.**

IV. CLÁUSULA 23 – O PRODUTOR obriga-se, ainda, a :

a) manter, durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na CHAMADA PÚBLICA, **ressalvada a faculdade de alteração do regime de PIA para PIE nos termos do parágrafo 6º do artigo 3º da lei 10.438/2002 ;”**

CLÁUSULA SEGUNDA

A **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** ratificam todas as cláusulas, termos e condições do Contrato CT – PROINFA / PCH 009/2004 não modificados expressamente e que não colidam com o presente Termo Aditivo que constitui, desde já, parte integrante do CONTRATO para todos os fins de direito.





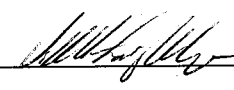


E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, as quais, após lidas, conferidas e achadas em conformidade com todos os seus termos, são assinadas pelas PARTES, na presença de duas testemunhas devidamente identificadas.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2008.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS


José Antonio Muniz Lopes
 Presidente


Diretor Valtair Luiz Cardenal de Souza
 Diretor de Engenharia

TUPAN ENERGIA ELÉTRICA S.A.


JÚLIO CÉSAR BIEZUS NEVES
 Diretor


CAIO WEIL VILLARES
 Diretor

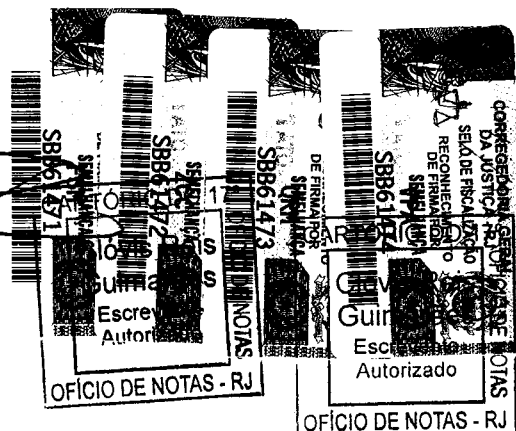
TESTEMUNHAS

179 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9800. Reconheço
 por semelhança as firmas de: VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, CAIO
 WEIL VILLARES, JULIO CESAR BIEZUS NEVES e JOSE ANTONIO MUNIZ LOPES
 Cod: 187024826A79

Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 2008. Conf. por:
 Em testemunho da verdade.

Clovis Reis Guimarães - Autorizado

Serventia	: 13,00
30% TJ+FUNDOS	: 4,00
Total	: 16,00



RPS96500



6º RTD Rua Buenos Aires 56 - 4º Andar - Centro - RJ
 Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtd-rj.com.br
 REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
 A MARGEM, O QUE CERTIFICO

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala

☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
 CTPS nº 26.122/024 - RJ

☒ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
 CTPS nº 25278/015 - RJ

☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
 CTPS nº 7324128-001 - RJ